O SEMINÁRIO DA PRAINHA

PLÁCIDO ADERALDO CASTELO

Os Seminários criaram a principal elite orientadora da sociedade brasileira, num polimorfismo de atividades humanas, que alicerçaram a Pátria com princípios morais, cívicos e religiosos que não podem ser esquecidos pelas gerações de hoje beneficiadas com tão magnífico lastro de cultura.

As reservas do Padre Diogo Antônio Feijó sôbre os referidos institutos, proclamadas em estado de arrebatamento oratório, nas réplicas a D. Romualdo, Arcebispo da Bahia e com quem nunca se entenderia, no Parlamento, em que pêse à admiração recíproca, em face das qualidades morais e de espírito público, eram de caráter puramente padagógico. Para o grande ministro e culto sacerdote devia "criar-se um rapaz sem prevenir-lhe as idéias para que êle mesmo, em tempo, escolha o estado que lhe agradar melhor. Nos Seminários se forçavam as vocações. Dêles saíam, conseqüentemente, maus padres". Êsse entendimento jamais significaria condenação já que desconhecidos para êle os modernos ensinamentos de Grenville Stanley Hall sôbre a teoria geral da Psicologia Genética e da Educação, estudos que começavam a ser divulgados no dealbar do século passado. É a Teoria da Ruptura. Revoltaram-se contra Torndike e outros. Surgia a Teoria da Transição Evolutiva. Serviria o afloramento das teses, sem caráter científico, no entanto, para que os agnósticos invocassem as palavras de Feijó como pronunciamento condenatório de alta magnitude. Evidente o seu prestígio, fruto do regalismo e do liberalismo doutrinário que se expandiam "alimentados especialmente pelo Seminário de Olinda, estabelecido em 1800 pelo Bispo Azeredo Coutinho". "A geração educada no Seminário de Olinda, esclarece o notável Fernando de Azevedo, tornou-se o foco de irradiação das idéias liberais, foi a brigada de choque da nova ordem européia no Brasil, e tal influência exerceu no preparo e na direção da revolução pernambucana de 1817 que esta se pode considerar estreitamente ligada, pelas suas raízes, àquele instituto, devido à difusão das idéias liberais". Sem

Azeredo Coutinho, escreve Capistrano de Abreu, não surgiria a geração idealista de 1817. (1) À predominância jansenista se opunham, como resistência firme, entre outros, D. Romualdo de Seixas, no episcopado, e, entre os padres, Luís Gonçalves dos Santos, o historiador, conhecido pelo nome pitoresco de Padre Perereca. É certo, di-lo Otávio Tarquínio de Sousa, que "não se pode concluir das palavras de Feijó que tivesse havido nessa ocasião arrefecimento em sua fé religiosa, mas revelam o zêlo bem ou mal orientado do reformador e do não reformista. Não era seu intento diminuir a ação religiosa; basta lembrar que sugerira a criação de bispado em tôdas as Províncias, achando que as despesas não seriam grandes desde que os eclesiásticos se distinguissem pela simplicidade, moderação, temperança e simpleza. Virtudes evangélicas, virtudes que cultivaria a despeito de ter passado longos anos a serviço de causas temporais. Prova de que mantinha puros os seus sentimentos religiosos estará no discurso feito ao discutir projetos sôbre as festas a cargo das Câmaras Municipais". Dêle diria D. Romualdo, em suas Memórias: "Como particular e no próprio exercício dos cargos públicos mostrou virtudes morais mui recomendáveis". E a nossa história está referta de contradições entre o temporal e o espiritual, na luta pela preponderância entre o egoísmo dos organizadores das bandeiras de resgates ou de entradas de metais e a correção e a dignidade dos que desejavam fôssem respeitados os Alvarás que conferiam atributos de pessoa humana ao amerindio, permitindo aplausos à formação daqueles que cursaram o Seminário. As exceções, quer no campo político quer no social, não empanam a glória dos que se sacrificaram pela civilização da gleba cearense, como no caso extraordinário da Ibiapaba, glorificado pelo martírio de Francisco Pinto. Nem mesmo as lutas entre os Governadores e os Bispos, dirimidas ou atenuadas pela aplicação do Instituto jurídico, conhecido como **vias de sucessão**, podem fazer esquecidos os beneméritos exemplos de atitudes desinteressadas e humanas dos que tiveram a mentalidade trabalhada nos Seminários. Como as cidades nasceram ao lado dos Fortes, os Seminários se criavam ao lado das sedes dos Bispados. Corolários naturais e òbviamente compreensíveis. O Ceará muito tardou para a civilização. Os insucessos dos pioneiros da colonização explicam o desinterêsse, no plano temporal. Causas diferentes o justificam, no campo espiritual. Aqui a centralização administrativa é mais caracteristicamente portuguêsa. E, por isso, sòmente pela lei geral 693, (2) de 19 de agôsto de 1853, o Govêrno Imperial é autorizado a solicitar à Santa Sé as bulas de criação de dois bispados: um na Província de Minas Gerais e o outro na do Ceará. Havia um ano da publicação do decreto 1035, de 18 de agôsto, (3) e o Ceará, na classificação administrativa das Províncias, ainda figurava como de terceira classe. Rápida, porém, a tra-

mitação da súplica imperial quanto ao bispado. No dia 8 de junho de 1854 é expedida pelo Santo Padre Pio IX a bula **Animarum salute,** criando o bispado, desmembrado do de Olinda. Era parcela, anteriormente, do Bispado do Maranhão como também o fôra, administrativamente, do Estado. Por decreto imperial de 31 de janeiro de 1859 é nomeado D. Luís Antônio dos Santos, nosso primeiro bispo, nomeação conferida pelo mesmo Papa no Consistório de 28 de setembro de 1860. Em Mariana, por D. Antônio Ferreira Viçoso, conde da Conceição, é sagrado no dia 11 de abril de 1861: "O óleo que ungira a fronte do nosso antistite trasvasa-lhe na alma a plenitude do Espírito Santo sob cuja inspiração ia sempre agir o valoroso bispo do Ceará". É certo que pela lei 1144, de 27 de setembro de 1860, é autorizada a criação do Seminário Diocesano, data quase coincidente com a da confirmação, em Roma, do nosso Bispo. No dia de São Miguel, 29 de setembro de 1861, solenemente fêz a sua entrada e tomou posse na Sé. (4) O Bispado, por delegação do seu titular, já fôra inaugurado no dia 16 de junho pelo Cônego Antônio Pinto de Mendonça. Vale dizer que, anteriormente, por Decreto Imperial de 27 de fevereiro de 1855, fôra nomeado para o excelso pôsto o Padre João Quirino ou Guirino Gomes, da Bahia, que o não aceitou. "Distanciado de Olinda, diz Monsenhor Bruno de Figueiredo, visitado por delegado dos Bispos, os quais não podiam remediar tôdas as faltas que se notavam no regime das almas, entregue, na sua máxima parte, a homens que não podiam atacar os vícios, que não sabiam apontar a boa doutrina, que, enfim, não tinham tido um tirocínio sacerdotal que os habilitasse a bem apascentar os seus fregueses, o Ceará, por bem que tivesse conservado a fé e o reconhecido pendor para a piedade, era uma Diocese que reclamava um gênio criador, um coração paternal, um apóstolo, enfim, por suas virtudes e por seu saber". Com tais credenciais chegara à nossa terra um dos homens mais ilustrados do império, cuja nomeação é um título de honra para o Ministério que soube distingui-lo, no expressar abalizado de Cândido Mendes de Almeida. Dotado de vero dinamismo cuidou de melhorar a catedral e transformá-la num vasto e belo templo que honrava o Ceará. Olharia, a seguir, di-lo um biógrafo, "para o clero escasso e decaído. Com o bom senso e a prudência que o extremavam singular entre os seus pares, compreendia que fôra baldado o seu esfôrço se não contara com o clero bem preparado, para levantar a sua Diocese ao ideal de perfeição, que concebera na sua alma iluminada pela fé". O Seminário seria uma conseqüência lógica. Registra o Álbum Histórico do educandário: "Começaram, então, as instâncias junto aos Superiores da Congregação da Missão dos Lazaristas. Repetidas cartas enviara D. Luís ao Visitador, Padre Pedro Benit, no Rio de Janeiro, e ao Superior Geral, Padre João Batista Etiene, em Paris, solicitando e insistindo

que viessem os Lazaristas. Dois anos decorreram nessa expectativa penosa para o zeloso prelado, que ansiava por abrir o Seminário. Um dia, porém, chegou a carta do Padre Benit transmitindo o contrato celebrado entre o Bispo do Ceará e o Superior Geral dos Padres da Missão e anunciando a próxima partida dos primeiros Lazaristas destinados a dirigir o Seminário do Ceará. Como tardassem mais, certo de que em breve chegariam, a 18 de outubro de 1864 D. Luís inaugurava o Seminário que devia ser a sua glória perene. (5) Um mês depois, chegavam os dois primeiros filhos de São Vicente de Paulo para dirigirem essa sementeira de sacerdotes: eram o Padre Pedro Augusto Chevalier e o Pe. Lourenço Enrile, duas almas com um só pensamento e uma só vontade, na expressão de Monsenhor Bruno. D. Luís, no intuito de aumentar o clero, pensou em criar mais um seminário, a fim de poder socorrer a todos os seus amados diocesanos. E, visitando Crato, achou conveniente que se fundasse naquela localidade um segundo Seminário menor onde fôssem educados cristãmente os jovens daquela região. Surgiram, entretanto, dificuldades à emprêsa. O Sr. Bispo, porém, quis mostrar quanto pode uma vontade resoluta, e foi fixar residência durante 6 meses no Crato, para organizar êste nôvo Seminário e não regressou a Fortaleza antes de ver começar as aulas. Cheio do espírito de São Vicente de Paulo, onde havia uma falta que remediar, uma necessidade que recorrer, uma lágrima que enxugar, para aí corria pressurosa a sua caridade. Como São Paulo, o virtuoso bispo do Ceará, podia exclamar: "Vós sois o meu coração, ó cearenses!". Os seus contatos com o Colégio de Caraça, exemplo de disciplina e de orientação firme, criado pelos Lazaristas desde 1820, influenciaram de modo edificante o seu apostolado. E as idéias de Vicente de Paulo, o Santo, teriam na sua pessoa discípulo de grande mérito.

E essas idéias se corporificavam, explica Alceu Amoroso Lima, nos retiros pregados aos sacerdotes, nos Seminários, "que, a exemplo dos de São Vicente, são fundados por São João Eudes, Olier (Saint Sulpice) e Holzhanser (Mogúncia); nos novos processos adotados pelo Clero em suas freqüentes pregações de missões junto às massas ou nos retiros fechados que oferecem às elites; e, finalmente, na multiplicação dos Santos Sacerdotes e Prelados". (L. d'Urfe). É a política benfazeja da religião que se firma pelas obras pias (Irmandades religiosas, hospitais destinados a prestar socorro aos enfermos, aos pobres, a reabilitar as mulheres decaídas, prover a educação das crianças (Colégios dos Jesuítas e dos Oratorianos, Convento das Ursulinas); glorificar a adoração de Jesus (Adoração Perpétua); incentivar as Congregações (Companhia do Santo Sacramento, 1627), inspirados na Caridade; exaltar o espírito de penitência (Solitários de Port-Royal, Ranse, Lavegne)".

Êsses os métodos que espelham a orientação firme, visando a consolidar e a propagar as conquistas da Igreja que, por testemunhas insuspeitas, devia ser revitalizada no Ceará. O nosso Seminário surge quando "fôrças pedagógicas novas são introduzidas no jôgo da vida educacional do país, devido à iniciativa privada". Entretanto, a falta de concorrência permitiu que a instrução evoluísse com moderação, sem improvisações ou adaptações mal assimiladas.

"Onde não se fizeram sentir tão intensamente a concorrência dos Colégios leigos e a sua ação renovadora, a instrução manteve o seu caráter conservador e fiel às tradições do ensino clássico: é o caso da província de Minas Gerais, que se tornou o maior centro de estudos humanísticos no Império, uma espécie de "colônia latina", no dizer de Pedro Calmon, devido à predominância acentuada do ensino eclesiástico, ministrado nos dois seminários, de Mariana e de Diamantina, e nos colégios dos padres da Congregação de São Vicente de Paulo".

E o prestígio do Seminário é consolidado (6). O fazendeiro não mais hesita na orientação intelectual do filho. Seria, porém, o Seminário um como filtro para o sacerdócio, passando os que serviriam especialmente ao Senhor e habilitando os demais para outras carreiras. Ouço dizer, no meu torrão natal, que dez jovens, no mesmo período letivo, cursaram o educandário da Prainha. O regresso dos estudantes era esperado festivamente. Nas férias tornavam-se privilegiados filhos de mamãe e, sob certos aspectos, da comunidade. Alguns voltavam simples, sem afetações citadinas, olhando por cima do lombo. Outros, a par de galantes não ocultavam o pedantismo. Dos dez conta-se que um, excepcionalmente imaginoso, no tradicional banho dos rapazes, no poço do rio sêco, quase sempre marginal às cidades, demonstra surprêsa ao observar, no grande aquário natural, o vai-e-vém quase elétrico das importunas piadas. E indaga, pressurosamente vaidoso, ao companheiro próximo: — Marcelo, que passarinho é êsse que está voando dentro da água? O que pergunta você, Chico — O que perguntei. Êsse passarinho, rapaz, aí, não enxerga, são muitos, aliás. — Ah! Sim. Mas não é possível, Chico, apenas um ano de Seminário e você não mais conhece êsse passarinho?! — Claro que não, Marcelo, diz logo que passarinho é. — Ora, Chico, não é pròpriamente um passarinho, mas aquêle pássaro verde e amarelo, ainda pixotinho, o pássaro papagaio! Bem que estava a me lembrar. Será que na água êle fala...

O certo, evidentemente, é que a seriedade pedagógica e o zêlo pela formação moral e intelectual dos que freqüentaram o Seminário permitiram a formação de uma elite e a tal ponto que se tornara credencial, mesmo para o egresso da Prainha, o dizer que ali estudara.

E os nossos melhores oradores, romancistas, escritores e jornalistas, com lastro humanístico que lhes moldurara o pensamento, sempre escreveram ou falaram respeitando o vernáculo. Dos nossos dias, um Otávio Lôbo, Antônio Soares, José Leite Maranhão, Austregésilo de Ataíde (6a), Audifax Mendes. Olavo Oliveira, Edmílson Pinheiro, José Militão de Albuquerque, João Hipólito de Azevedo e Sá, Ildefonso Albano, João Saraiva Leão, Raul de Sousa Carvalho, Mozart Pinto Damasceno, Francisco Alves de Andrade e Castro, Edmílson dos Santos Ayres e vários outros, no Parlamento, no Púlpito, honraram a cultura ali adquirida (7). E o que aqui nos ocorreu e ocorre, mais acentuadamente, se verificou nos centros mais adiantados: "Foi tão poderosa a penetração dêsse tipo de cultura, humanística e literária, que a carreira eclesiástica, donde partiu, passou a ser procurada como um dos meios mais eficazes para conquistá-la, e as próprias profissões liberais, de advogados, médicos e engenheiros, nela julgavam encontrar não sòmente o suporte e o equilíbrio indispensável à especialização profissional, mas um ornamento a mais, o brilho com que se enaltecia a sua autoridade, e a fôrça expansiva capaz de lhes dar maior projeção. A carreira eclesiástica, escreve Vilhena de Morais, "era, de fato, nos conventos, quase a única que se abriu aos filhos do povo, alguns dos quais nela entravam sem o menor espírito religioso, compelido às vêzes pelos pais como um bom meio de adquirir ciência e de galgar honras e posições". Ainda quando se criaram, no tempo de D. João VI, as primeiras escolas médico-cirúrgicas e as de engenheiros militares e se fundaram, já no 1.º Reinado, em 1827, os cursos jurídicos, a nossa cultura superior, que até 1830 quase dependia ainda de Coimbra, não perdeu, pelo seu caráter profissional, mais acentuado, nem êsse gôsto da cultura geral, nem êsse espírito literário, nem êsse gongorismo erudito, nem essa curiosidade mais extensa que nos leva a interessar-nos, ainda que superficialmente, pelos problemas mais variados. Os padres, — os grandes representantes da mentalidade até o 2.º reinado, conforme nos lembra Capistrano de Abreu, — foram então substituídos, no cenário, pelos bacharéis formados nas Academias de São Paulo e de Olinda, mas êstes, como os médicos e engenheiros, raramente sacrificaram as letras ao cuidado de se aprofundar na sua especialidade, cedendo menos ao desejo de se confinarem do que ao ideal de serem "completos", à maneira da época, e à necessidade de colocarem a sua profissão num quadro mais geral, ampliado pelo estudo literário e pela leitura de livros que formavam o fundo da cultura humana.

Tudo o que mais de um século de ensino superior profissional produziu no campo de especialização, jurídica ou médica, e tem escrito nessa grande página das conquistas do homem no Brasil,

"não deliu, dêsse palimpsesto humano, para empregar uma imagem de Rui Barbosa, as duas legendas primitivas".

Desde a fundação, em 18 de outubro de 1864, sendo Bispo do Ceará D. Luís Antônio dos Santos, até o início de 1963, a Direção do Seminário estêve entregue aos padres da Congregação da Missão, Lazaristas, e foram Reitores: Pe. Pedro Augusto Chevalier, 1864-1891; Pe. Júlio Simon, 1891-1907; Pe. Vicente Pároneille, 1908-1914; Pe. Guilherme Vaessen, 1914-1927 (atualmente Capelão da Santa Casa); Pe. Tobias Dequit, 1927-1933; Pe. Manuel dos Santos Ferreira, 1933-1941; Pe. Josefino Cabral, 1941-1949; Pe. Luís de Gonzaga Negreiros, 1950-1954 (atualmente trabalha num colégio, em Baixa Verde, Sul de Minas); Pe. Dermival José Mont'Alvão, 1954-1957 (Provincial do P. P. Lazarista); Pe. Belchior Joaquim da Silva Neto, 1957-1960 (atualmente Bispo Titular de Oramana e Coadjutor com direito à sucessão do Exmo. Bispo de Luz e Administrador Apostólico); Pe. Vicente Joaquim Zico, 1960-1963 (Reitor do Seminário Maior da Congregação da Missão, em Petrópolis); Pe. Sebastião Agatão Dias, 1963-1964 (atualmente trabalha no Colégio São Vicente, no Rio de Janeiro).

A partir de 1964, o Seminário foi entregue aos Padres Diocesanos, sendo nomeado como Reitor: Mons. Gerardo de Andrade Ponte, 1964.

Realizam os docentes do Seminário um trabalho de pesquisas sôbre as Vocações nestes 100 anos, sob a orientação do Pe. Miguel Fenelon Câmara, doutor em sociologia pela Universidade Gregoriana, Roma. Em linhas gerais já ultimaram os seguintes: 1.º — Número da MATRÍCULA de todo o Seminário (Maior ou Menor), segundo zonas fisiográficas, paróquias, dioceses, idades e classes. — 2.º — O mesmo trabalho para as DESERÇÕES, ORDENAÇÕES. — 3.º — As VOCAÇÕES TARDIAS e o índice de perseverança das mesmas, e 4.º — O índice de perseverança com relação ao seminário Menor e depois com relação ao se. Maior (Filosofia e Teologia). ALGUNS RESULTADOS: Matriculados: 4.100 (vindos de 14 Estados do Brasil). Dêstes ordenaram-se 677 sacerdotes (não estão incluídos aqui os que se transferiram para outros seminários e lá se ordenaram. O total de transferências é de 231. Dêstes 677 sacerdotes foram sagrados Bispos 17:

D. Quintino Rodrigues Oliveira Silva, 1915; D. Carloto Fernandes Silva, 1920; D. Aureliano Matos 1940 (Bispo de Limoeiro do Norte-Ceará); D. Felipe Conduru Pacheco (Bispo Resignatário), 1941; D. Francisco Expedito Lopes (Bispo de Garanhuns), 1948; D. José de Sousa Terceiro (Bispo de Penedo), 1948; D. Alberto Gaudêncio Ramos (Arcebispo de Belém do Pará), 1949; D. Raimundo de Castro e Silva (Bispo Auxiliar de Fortaleza), 1950; D. Hélder Pessoa Câ-

mara (Arcebispo de Olinda e Recife), 1952; D. Expedito Eduardo de Oliveira (Bispo de Patos), 1953; D. Eugênio Araújo Sales (Administrador Apostólico de Salvador), 1954; D. Vicente de Paulo Araújo Matos (Bispo de Crato), 1955; D. José Ferreira Coutinho (Bispo de Estância), 1956; D. Manuel Tavares de Araújo (Bispo de Caicó), 1959; D. Francisco Austregésilo Mesquita (Bispo de Afogados das Ingàzeiras), 1961; D. José Mauro Ramalho de Alarcon e Santiago (Bispo de Iguatu), 1962; D. Nivaldo Monte (Bispo Auxiliar de Aracaju), 1963.

Dos 4.100 alunos matriculados ainda continuam no seminário: 234, sendo em sua maioria do seminário Maior e Curso Clássico, de 16 dioceses do Brasil.

A partir dêste ano funcionam na Prainha apenas os Cursos de **Filosofia, Teologia** e o **Curso Clássico.** O seminário Menor, curso ginasial, funciona em Maranguape, sendo Reitor e Pe. Antônio Ribeiro Sousa.

O Parlamento cearense foi ilustrado com a presença de elevado número de sacerdotes. Brilhantes, patriotas, com procedimentos políticos que pecaram, apenas, pelo partidarismo, ditado por condições mais locais, de família, de comunidades que lideraram, do que de âmbito mais geral, sem que admitissem, como admitiam, por fidelidade, chefias de carismáticos. A par dêsses deslizes comuns aos demais Deputados, nem por isso deixaram de ser atuantes. Honestos varonis e de acentuado patriotismo. Saídos do Seminário de Fortaleza, consoante dados biográficos baseados em Hugo Vítor Guimarães, representaram a coletividade cearense, na nossa Augusta Assembléia:

1867 — MANUEL DE LIMA ARAÚJO — Padre. Nasceu em Assaré e faleceu em Ibiapina, a 17 de dezembro de 1894, filho de Francisco Antônio de Araújo e de D. Maria Francisca de Jesus. De 1868 a 1870 coadjutor da freguesia de Maranguape. Capelão de Trairi, de 1871 a 1872. Coadjutor de Paracuru, de 1872 a 1874; Coadjutor de Arneiroz em 1877. Vigário de Saboeiro. Em 1876 foi removido para Ibiapina. Foi suspenso de ordens por estar fora da freguesia de Saboeiro quando da visita pastoral do Bispo D. Joaquim José Vieira. Como deputado estava na Assembléia. "razão que não foi bastante justificativa da ausência, pois, antes de tudo, era vigário.
1867 — ANTÔNIO ALEXANDRINO DE ALENCAR — Monsenhor. Nasceu em Assaré. Coadjutor de Lavras, até 1872. Transferido para coadjutor de Brejo Sêco (Araripe). Em 1873, foi nomeado vigário da referida freguesia até 1885; vigário de Quixadá até 1891, quando foi removido para Crato, onde estêve até 1900. Ali deixou nome consagrado pela realização de obras duradouras: a Matriz, a Casa de Caridade e o Seminário de São José. As decepções políticas levaram-no a deixar o Ceará, passando ao Piauí. Vigário de Picos e

no pôsto faleceu ali a 6 de abril de 1903. — 1868 — ANTERO JOSÉ DE LIMA — Uma das glórias do sacerdócio católico, tendo nascido na fazenda "Estreito", em Arneiroz. Entrou para o Seminário de Fortaleza, em outubro de 1864, no curso teológico. Coadjutor de Arneiroz, de 1868 a 2 de janeiro de 1869. Vigário da nova freguesia de Cococi, não tomou posse, passando a Coadjutor de Fortaleza, de 21 de março a 30 de setembro de 1870. Vigário de Imperatriz (Itapipoca) e durante 31 anos de reais benefícios àquela terra e a tôda zona. Em 1874 administrou o Crisma em Arneiroz, S. Mateus (Jucás) Saboeiro e Cococi, e foi, por duas vêzes, vice-governador do Bispado. Obteve a criação das freguesias de S. Bento da Amontada e de Arraial, desmembradas de Itapipoca. Pelo Bispo D. Joaquim José Vieira foi distinguido com a nomeação de Examinador Sinodal, por ocasião do Sínodo Diocesano e honrado com o título de Monsenhor pela Santa Sé, por indicação do mesmo D. Joaquim. Por seu lado, o Govêrno Civil fê-lo inspetor literário em tôda a comarca e depois inspetor e 3.º vice-presidente da Província. (C.I. de 13 de novembro de 1899, o último titular dêsse cargo, dois dias antes da Proclamação da República — 1870 — JOÃO PAULO BARBOSA — Cônego. Nasceu em Aracati. Coadjutor da freguesia de Imperatriz (Itapipoca) em 1871. Fixou residência em S. Bento da Amontada, cuja Igreja, iniciada em fins do século XVIII, conseguiu concluir. Vigário da União. Com a criação da freguesia de S. Luís, de Fortaleza, foi para ela despachado. Tomou posse e nela se manteve até 1896. A Igreja do Patrocínio é quase uma construção sua. Ao deixar União (Jaguaruana), cuja igreja e cemitério construiu e onde fundou uma sociedade sob o nome da Associação Literária Uniense, foi inspetor escolar da freguesia de União e da de S. Luís de Fortaleza. Diretor interino da Escola Normal, professor interino de Latim do Liceu Cearense. Prestou relevantes serviços ao movimento libertador dos escravos, sendo um dos Diretores do Centro Abolicionista. Em 1882 foi, por S. "Majestade o Imperador", nomeado Cônego honorário da Catedral de Fortaleza — (Studart). Um dos fundadores de União do Clero, a 30 de março de 1884 e na "tribuna sagrada de Fortaleza produziu vários sermões, sobressaindo entre êles a oração fúnebre que pronunciou nas exéquias do Arcebispo D. Luís Antônio dos Santos. — 1871 — FRANCISCO THEOTIME MARIA DE VASCONCELOS — Cônego. Nasceu em Santana do Acaraú (Licânia). Vigário de Conceição da Barra (Pentecoste). De junho de 1871 até agôsto de 1872. Nomeado Coadjutor de Licânia, de dezembro de 1873 a outubro de 1876, e de vigário de São Pedro de Ibiapina, de agôsto de 1885 a agôsto de 1886 para, afinal, voltar a vigariar Licânia, de julho de 1898 a dezembro de 1902. — 1873 — FRANCISCO MÁXIMO FEITOSA E CASTRO — Padre. Vigário de Cococi. Transferido para Ipueiras e depois Ipu. Nomeado vigário de Tauá e no-

vamente em Cococi. Herdeiro de tradição de bravura e destemidez de sua família, o padre Feitosa deu provas, mais de uma vez, em política, de uma coragem que impressionava e dizem até que em certa circunstância "levou para a Assembléia, por baixo da sotaina, um rifle para o que desse e viesse". — 1875 — LUÍS DE SOUSA LEITÃO — Padre. Grande político e grande sacerdote. Nasceu em Quixeramobim a 27 de março de 1851 e faleceu em Castanhal (Pará) a 13 de outubro de 1921. Vigário de Pentecoste, prestando os mais relevantes serviços ao progresso da localidade e à população na terrível sêca de 1877/79. Por seus esforços foram construídas a cadeia e a Casa da Câmara e introduzidos vários melhoramentos na Matriz. Em 1888, vigário de Soure (Caucaia), aderiu ao regime republicano, sendo nomeado professor interino de Filosofia do Liceu. Foi Presidente da Assembléia na dualidade 1888/89 e 1.º Secretário da 2.ª Constituinte, constando dos Anais inúmeros discursos por êle pronunciados e debates em que tomou parte. A Revista do Instituto do Ceará, publicou, em 1902, interessante trabalho de sua autoria: — Notas políticas e religiosas da Vila de Canindé. Era homem ilustrado e valente, demonstrando, por ocasião do flagelo climático de 77, verdadeiro espírito apostólico, atendendo como o Padre Máximo Feitosa, em Cococi, a apêlo feito pelo Diocesano, para não abandonar as ovelhas no seu rebanho espiritual. — 1876 — JOSÉ TEIXEIRA DA GRAÇA — Monsenhor. Nasceu em Aracati. Vigário de Parangaba. Removido para Passagem das Pedras (Itaiçaba) de onde veio para o Curado da Catedral de Fortaleza, onde soube conquistar verdadeira amizade e admiração. Presidente da União do Clero e presidente da Assembléia onde a sua ascendência era completa. Leão XIII, o maior Papa dos tempos modernos, premiou-lhe o mérito nomeando-o seu Camareiro Secreto com as honras de Monsenhor, e, tendo sido consultado se aceitava a Mitra do Pará, recusou-a "com máxima modéstia". — 1879 — ANTÔNIO CANDIDO DA ROCHA — Padre. Professor. Nasceu em Jaguaruana, então União e freguesia de Aracati. Vigário de sua terra natal, de 1880 a 1889, quando veio para Fortaleza, onde exerceu o magistério, militando na política, para a qual entrou ainda no regime monárquico. Diretor da Escola Normal, deixando o cargo com a deposição do General Clarindo. Retirando-se para o Amazonas, foi nomeado em 1892 vigário da Fonte Boa. Era bom orador e jornalista e dedicava-se ao teatro, escrevendo comédias e dramas. — 1879 — ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA — Monsenhor Doutor Antônio Fernandes da Silva Távora. É uma das maiores figuras do clero brasileiro e um cearense que honra e eleva o nome de sua terra. Nasceu na fazenda "Caranguejo", de Jaguaribe-Mirim. Vigário encomendado de Jaguaribe, ali permanecendo até 1883, quando teve remoção para Crato até 1891, ano em que a política o atraiu de

maneira absorvente, porque, embora tivesse tido assento na Assembléia no antigo regime, só de então firmou crédito de político militante, pondo-se ao lado do Governador José Clarindo, contra o Marechal Floriano. Acompanhando ao Rio o governador deposto pela Escola Militar, ali publicou um manifesto no jornal "Combate". nêle escrevendo, ainda, artigos veementes de combate ao florianismo, o que valeu o seu nome apontado na lista dos inimigos da ditadura que deviam ser deportados, o que não aconteceu. — 1879 — JOÃO CARLOS AUGUSTO — Padre. Nasceu em Lavras. Vigário de S. Pedro (Caririaçu), tomou posse da freguesia a 13 de fevereiro de 1884, demitido a 21 de dezembro de 1887. Coadjutor e vigário de Assaré, de 1888 a 1893. Vigário de Salgueiro, Pernambuco, em 1897, de Pereiro, no Ceará, de 1899 a 1902, de Cachoeira, de 19 de junho de 1902 a 1.º de março de 1907, de Pacatuba, de 20 de abril de 1907 a 27 de dezembro de 1910, de Pentecoste, a 9 de julho de 1912 e de Icó, de 1917 até falecer. — 1879 — VICENTE SALAZAR DA CUNHA — Monsenhor. Ordenado em Fortaleza, por D. Luís. 1.º Bispo do Ceará, a 30 de novembro de 1879, foi nomeado capelão e professor da Cadeia Pública, a 5 de julho de 1881. Em agôsto de 1883 fundou a Sociedade Propagadora da Instrução, com a finalidade de abrir escolas noturnas. Tendo fundado antes, com o Padre José Barbosa de Jesus, o Colégio "São Luís". Suprimida a escola da Cadeia, foi nomeado vigário de Viçosa, lugar que não exerceu, sendo, então, nomeado vigário de Maranguape, de 1899 a 1913. Promotor do Juízo Eclesiástico, de julho de 1890 a julho de 1894, sendo distinguido pelo Papa com o título de Monsenhor Camareiro de Honra, por decreto de 19 de dezembro de 1904. — 1880 — VICENTE PINTO TEIXEIRA — Monsenhor. Nasceu em Lavras da Mangabeira. Vigariou as freguesias de Trairi e Aurora. Coadjutor de Barbalha e Governador interino do Bispado. Professor da escola da Cadeia Pública de Fortaleza. Era uma figura veneranda de sacerdote. — 1881 — CARLOS ANTÔNIO BARRETO — Nasceu em Tauá. Irmão do notável filólogo e homem público, Dr. Fausto Barreto, e do General Alexandre Barreto. Matriculou-se no Seminário de Fortaleza, sob n.º 280, a 30 de julho de 1872 e ordenou-se pelo Seminário do Maranhão, a 27 de dezembro de 1881. Coadjutor de Tauá a 29 de abril de 1882, ali estêve até 7 de agôsto de 1882, sendo, a 8 dêste mesmo mês, nomeado escrivão da Câmara Eclesiástica de Fortaleza e, após, Secretário do Bispado. Em fins de 1882 era co-diretor do Instituto de Humanidades, dirigido por Monsenhor Bruno de Figueiredo, e foi professor de Geografia Geral e Corografia do Brasil da Escola Normal. Resignou o mandato de deputado em 1898. — 1882 — ANTÔNIO DE SOUSA BARROS — Padre. Nasceu na fazenda de seus pais, em Santa Quitéria. Entrou no Seminário de Fortaleza, mas ordenou-se pela Bahia, a 21 de dezembro de 1882. Em 1883 era se-

cretário da Sociedade Propagadora do Ensino Popular de Fortaleza, a que presidiu o Padre Vicente Salazar. Em 1885 vigário de Aracapé. O Padre Sousa Barros era tido, e com razão, por homem resoluto, dando, mais de uma vez, prova do seu ânimo irrequieto. — 1903 — JOSÉ DE ARIMATÉA CISNE — Professor de grego no Liceu Cearense. Apostatou pùblicamente a 18 de outubro de 1914. Era orador notável. Nasceu em Licânia, Santana do Acaraú. — 1904 — JOSÉ ALVES QUINDERÉ — Monsenhor. "O Embaixador da Alegria e da Cordialidade do Ceará", como o chamou Soares d'Azevedo. Nasceu em Maranguape. Removido para Fortaleza como coadjutor da Freguesia de São Luís Gonzaga, por mais de 26 anos foi Secretário-Geral do Arcebispado. Professor Catedrático de Latim do Liceu Cearense. Em 1920 foi nomeado Cônego Honorário da Sé Primacial da Bahia, que renunciou em 1929, quando foi elevado à dignidade de Camareiro Honorário de S. Santidade o Papa, com as honras do Monsenhorato. Homem de letras, jornalista brilhante, de estilo suave.

O Corpo Docente do Seminário é o seguinte: Mons. Gerardo Andrade Ponte, Pastoral prática e Religião; Pe. Luís Moreira, Direito Canônico e Moral; Pe. Paulo Ponte, Dogma; Pe. Luís Magalhães Uchoa, Exegese e Grego; Pe. José Alberto Castelo, Liturgia e Ação Católica; Frei Henrique, História da Igreja; Pe. Edmilson Cruz, Ascética, Latim e Religião; Pe. Tarcísio Santiago, Filosofia e História da Filosofia; Pe. Gotardo Lemos, Ciências Sociais; Pe. Jessé Oliveira, Filosofia (lógica); Pe. Miguel Fenelon Câmara, Introdução à Sociologia; Pe. Azarias Sobreira Lôbo, Literatura; Frei Valentino, História das Religiões; Pe. Francisco Luz, História Universal; Pe. Francisco Pinheiro Landim, Latim; Pe. José Ismar Petrola, Português; Pe. José Maria Frota, Psicologia; Pe. José Nílson Oliveira, Geografia; Pe. Antônio Freire, Apologética Científica; Sr. Vilespy, Francês; Prof. Walber Magalhães, Física e Química; Prof. Stoassel, Física e Química; e Senhorita Maria de Fátima, Francês.

Como homenagem ao deputado mais ilustre e brilhante, o queridíssimo Mons. José Quinderé, a sua palavra sôbre O SEMINÁRIO E O COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO vai a seguir: "Deus, na sua visível predileção pelo Ceará, predileção que se impõe à crença comum de que — onde está o sofrimeito está o Senhor: **Ubi dolor, ibi Dominus** — premiou a terra mártir com a preciosa dádiva dos três obreiros que lançaram as bases do nôvo bispado: D. Luís Antônio dos Santos, primeiro Bispo do Ceará, Pe. Pedro Augusto Chevalier, primeiro reitor do Seminário, e a Irmã Teresa Gagné, superiora do Colégio da Imaculada Conceição, falecida em 1917, no exercício do cargo em que se conservou até à morte.

O Seminário e o Colégio da Imaculada Conceição foram as primeiras e as maiores obras de D. Luís realizadas com a eficiente

colaboração das duas outras partes componentes da triarquia provincial que Deus estabeleceu no Ceará para determinado cumprimento dos seus insondáveis desígnios. Era inadiável, a fundação dos dois institutos: sem clero, seria baldado todo o esfôrço do nôvo Prelado para levar a sua diocese ao ideal de perfeição que concebeu a sua alma inflamada de zêlo pela salvação do rebanho que vinha apascentar; sem uma sociedade, composta de famílias, cristãmente formadas, não disporia de campo para cultivar a semente das vocações sacerdotais.

E essas obras foram montadas sôbre alicerces tão sólidos e profundos que ambos, apesar de ultra-octogenários, conservam a mesma fisionomia moral e intelectual dos primeiros dias, ciosos das fulgurações do seu passado, sempre atuais, à altura da evolução do tempo e das necessidades de cada época.

Êste exórdio foi escrito para explicar que embora Dom Joaquim em nada tenha concorrido para o conceito e esplendor das duas instituições, já em pleno florescimento quando aqui chegou, aumentou-lhes todavia o prestígio com a assistência moral e cuidado paternal, que lhes dispensou. Ainda assim, o Colégio lhe deve um grande benefício. A primeira casa em que se instalou o nôvo educandário ficava na Rua Castro e Silva, de propriedade do Barão de Aratanha, dedicado amigo e infatigável auxiliar de D. Luís.

No fim do ano letivo, como o local era pequeno, as Irmãs instalaram o colégio na Casa dos Educandos, ali, onde ainda hoje se encontra, naturalmente, com outra amplitude, aspecto e higiene, amparadas por um contrato celebrado entre o diocesano e o presidente da Província, o engenheiro militar, Coronel João de Sousa Alvim. Dom Joaquim, porém, na administração do Senador Henrique d'Ávila, conseguiu prorrogar o contrato para cinqüenta anos, por uma lei provincial que tomou o n.º 2.143, de 29 de junho de 1889.

O Seminário recebeu, também, outro insigne favor das mãos dadivosas de Dom Joaquim, pois S. Excia. elevou para cem as dezenove apólices da dívida pública que lhe constituíam o minguado patrimônio. E, depois, quando a desgraça daquela trágica noite de 7 de junho de 1894 abateu, destruindo, por completo, a parte fronteira do edifício — a que vai da Igreja da Prainha ao meio, justamente onde se localiza o salão de visitas da casa, Dom Joaquim o reconstruiu dentro de três meses, de maneira que, antes do fim do ano, as aulas recomeçaram a funcionar com tôda a regularidade.

Ante a indescritível catástrofe, que parecia irremediável e que lhe valeu por tremenda provação, e, pior ainda, sem meios para enfrentar as despesas com o soerguimento da parte abatida que, moralmente, representou o desaparecimento da casa tôda, Dom Joaquim só teve uma resolução a tomar: recorrer à generosidade dos queridos diocesanos. E o fêz com o mais completo êxito.

Ao encontro de S. Excia. foi pressuroso o coronel e engenheiro José Bezerril Fontenele, Presidente do Estado e seu íntimo amigo, com o auxílio, naquele tempo apreciável, de dez contos de réis. E, em seguida, acorreram ao ingente apêlo do angustiado Pastor tôdas as paróquias da vasta diocese que, então, abrangia todo o território cearense.

Dom Joaquim, em pessoa, dirigiu o movimento pró-seminário, em Fortaleza, a qual dividiu em sete circunscrições, confiando cada uma a distintas senhoras da mais alta sociedade, que deram à piedosa missão o mais cabal desempenho.

No dia do recolhimento das esmolas, verificou-se uma cena deveras comovente: Dom Joaquim aguarda as comissões, de pé, trêmulo de emoção, no alto dos três primeiros degraus da escada que conduz à sala de visitas do palácio, e com as mãos cheias de pétalas de rosas abençoa a cabeça das abnegadas damas, que se curvam surprêsas, diante de um gesto inédito e inesperado, que lhes causou profunda impressão, pela austeridade de quem o praticara. Dom Joaquim era uma alma sensibilíssima".

Instituição neste ano (1964) centenária. Sempre fiel às finalidades que constituem o objeto da sua existência, pelo benefício que ofertou à cultura, ao desenvolvimento social, econômico e político, foi uma mercê de Deus o presente que nos legou o 1.º Bispo, conservado pelos seus augustos sucessores, coadjuvados pelos Lazaristas, que formaram prosélitos, que não hesitaram em palmilhar o caminho da dificuldade, com a coragem na alma e a fé em Deus, na perpetuidade da gloriosa instituição educacional.

NOTAS

1 — É curioso observar que a Revolução Pernambucana de 1817 teve como fator preponderante o elemento clerical. Nada menos de 70 figuras do clero estavam envolvidas nesse movimento: 60 padres e 10 frades.

Entre os primeiros contavam-se os três que compunham o govêrno do bispado: o deão Bernardo Luis Ferreira Portugal e os cônegos Manuel Vieira de Lemos e João Rodrigues Mariz.

Os 57 restantes foram o cônego Inácio Alves Monteiro e os padres Pedro de Sousa Tenório, João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, Miguel Joaquim de Almeida Castro, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, José Martiniano Pereira de Alencar, Gonçalo Inácio de Loyola, Francisco Muniz Tavares, João Cavalcante de Albuquerque, Miguel Carlos da Silva Saldanha, Manuel Gonçalves da Ponte, José Ferreira Nobre, Antônio de Almeida Azevedo, José Gomes Chacon, Verissimo Machado Freire, Antônio Jácome Bezerra, Francisco da Costa Medeiros, Virgínio Rodrigues Campelo, João Barbosa Cordeiro, Luis José Cavalcante Lins, Francisco de Sales Coelho, Antônio Pereira de Albuquerque, Manuel José de Assunção, José Inácio de Brito, José da Costa Cisne, Francisco Manuel de Barros, Carlos José dos Santos, Antônio Félix Velho, João Batista da Fonseca,

Inácio de Almeida Fortuna, João Gomes de Lima, Francisco Xavier Garcia, Antônio José Cavalcante Lins, Venâncio Henrique de Resende, José Felipe de Gusmão, Francisco Dias de Oliveira, Luís José Correia de Sá, Inácio Bento, Luís Carlos Coelho da Silva, Antônio de Albuquerque Montenegro, Antônio de Souto Maior, Feliciano José Ornelas, João Damasceno Xavier Carneiro, José Gonçalves Ourique, Silvestre José da Costa Giras, Albano Monteiro, Antônio Carvalho Leal, Antônio Pereira de Sousa, Bento de Farias Braga, Caetano José de Sousa Antunes, Domingos Marques, Domingos de Sousa, Joaquim José de Santana, José Felicio, José Inácio Duarte, Manuel Tavares da Silva Coutinho e Manuel Timóteo.

Foram êstes os 10 frades que tomaram parte no movimento, incluído entre êles o donato Jacinto Luís de Melo: Frei Mercês, Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca, João da Santa Ana Miguelino, José Maria do Sacramento Breyner, Francisco de Santa Mariana, João da Cruz, Francisco de Santana Pessoa, Francisco de S. Pedro e João da Conceição Loureiro.

(2) — LEI N.º 698 — DE 10 DE AGÔSTO DE 1853

Autoriza o Govêrno a impetrar da Santa Sé Bullas de creação de dois Bispados, um na Provincia de Minas Gerais, e outro na do Ceará.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus, e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos Sudites, que a Assembléia Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º — Fica o Governo autorizado para impetrar da Santa Sé as Bullas de creação de dois Bispados, um na Provincia de Minas Gerais, e outro na do Ceará.

§ 1.º — O da Provincia de Minas Gerais terá a denominação de Bispado da Diamantina —, e por sede a cidade do mesmo nome; compreendendo, além da Comarca do Serro, o território da mesma Provincia que está sujeito a jurisdição do Arcebispado da Bahia, e a do Bispado de Pernambuco.

§ 2.º — O da Provincia do Ceará terá a denominação de — Bispado do Ceará —, por sede a cidade de Fortaleza, e por limites os da respectiva Provincia.

Art. 2.º — Fica o Governo igualmente autorizado para solicitar as Bullas de desmembração dos territórios de que tratam os seguintes parágrafos.

§ 1.º — O do Têrmo de Lages da Provincia de Santa Catharina, que passará do Bispado de S. Paulo para o Rio de Janeiro.

§ 2.º — Os das Freguesias pertencentes aos Bispados do Rio de Janeiro e Pernambuco encravadas no território da Provincia da Bahia, os quaes passarão para o Arcebispado desta Provincia.

§ 3.º — O da Freguesia da Villa Formosa da Imperatriz da Provincia de Goyas, que passará do Bispado de Pernambuco para o de Goyas.

Art. 3.º — Ficam revogadas as leis e disposições em contrário.

Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente, como nella se contêm. O Secretário d'Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos dez de Agosto de mil oitocentos e cincoenta e três, trigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR COM RUBRICA E GUARDA

Luís Antonio Barbosa

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléia Geral Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, autorizando o Governo para impetrar da Santa Sé as Bullas de creação de dois Bispados, hum na Provincia de Minas Geraes, e outra na do Ceará: na forma acima declarada.

Para Vossa Magestde Imperial Ver.

Antonio Alvaro de Miranda Varejão o Fez.

Luís Antonio Barbosa

Sellada na Chancelaria do Imperio em 13 de Agosto de 1853.

Antonio Alvares de Miranda Varejão, Oficial Maior Interino.

Publicada na Secretaria d'Estado dos Negocios da Justiça em 15 de Agosto de 1853.

Antonio Alvares de Miranda Varejão, Oficial Maior Interino.

(3) — COLEÇÃO DE LEIS DO IMPERIO DO BRASIL
1852

Tomo 13 Parte 1.ª Secção 7.ª

LEI N.º 647, de 7 de agosto de 1852.

Argumenta os vencimentos dos Ministros d'Estado, Presidentes das Provincias, Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, e Desembargadores das Relações.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deus, e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléia Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º — Os Ministros de Estado terão o ordenado anual de doze contos de reis, cessando a gratificação concedida pela Resolução de 6 de outubro de mil oitocentos e trinta e sete.

Os Conselheiros do Estado em exercício continuarão a vencer a gratificação anual de dois contos e quatrocentos mil reis.

Art. 2.º — Os Presidentes das Provincias terão o ordenado anual de cinco até oito contos de reis, fixado, segundo as circunstâncias de cada uma delas, por Decreto do Govêrno, que só por lei poderá ser alterada.

Além do ordenado perceberão uma ajuda de custo, que não exceda a quatro contos de reis para as Provincias do Amazonas e Mato Grosso, a três contos para as do Pará, Piauí e Goiás, e a dois contos para qualquer das outras.

Art. 3.º — Os Ministros do Supremo Tribunal de Justiça vencerão, além do ordenado de quatro contos de reis, uma gratificação anual de dois contos, e os Desembargadores das Relações o ordenado de três contos e a gratificação de um conto.

A estas gratificações só terão direito os que acharem em efetivo exercício.

Art. 4.º — Ficão revogadas as disposições em contrário.

Mandamos por tanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento desta lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar, tão inteiramente, como nela se contem. O Secretário de Estado dos Negócios do Império a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de agosto de mil oitocentos e cincoenta e dois, trigésimo primeiro da Independencia e do Império.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

Francisco Gonçalves Martins

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que Houve por bem Sancionar, aumentando os ven-

cimentos dos Ministros do Estado, Presidente das Provincias, Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, e Desembargadores das Relações, na forma nela declarada.

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Manuel Corrêa Fernandes a fez.

José Ildefonso de Sousa Ramos

Sellado na Chancelaria do Império em 11 de agosto de 1852.

Josino do Nascimento Silva

Publicada na Secretaria do Estado dos Negócios do Império em 11 de agosto de 1852.

No impedimento do Oficial Maior, Joaquim Xavier de Garcia de Almeida.

Registrada a fls. 5 do livro 2.º de Atos Legislativos, Secretaria de Estado dos Negócios do Império, em 13 de agosto de 1852.

João Gonçalves de Araújo

RELAÇÕES DAS LEIS DO IMPERIO DO BRASIL
1832

Tomo 15 parte 2.ª Secção 73.ª

DECRETO N.º 1.035 — de 15 de agosto de 1852

Regula a execução do Art.º da Lei n.º 647 de 7 de agosto de 1852.

De conformidade com o Art. 2.º da lei n.º 647 de 7 de agosto de 1852:

Hei por bem que se observe na distribuição dos ordenados dos Presidentes das Provincias, de que trata o mesmo Artigo, a classificação seguinte:

1.ª CLASSE — Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Mato Grosso — 8.000$000 por ano.

2.ª CLASSE — Rio de Janeiro, Minas Geraes, Maranhão, Pará e São Paulo — 7.000$000 por ano.

3.ª CLASSE — Alto Amazonas, Goiás, Piauí, Ceará, Paraiba e Alagoas — 6.000$000 por ano.

4.ª CLASSE — Sergipe, Rio Grande do Norte, Espirito Santo e Santa Catarina — 5.000$000 por ano.

Francisco Gonçalves Martins, do Meu Conselho, Senador do Império, Ministro e Secretário deste Estado dos Negócios do Império, assim o tenha entendido, e faça executar, Palácio do Rio de Janeiro, em dezoito de agosto de mil oitocentos e cinqüenta e dois, trigésimo primeiro da Independência e do Império.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco Gonçalves Martins

(4) — 1854 — 2 de abril — Inauguração da Matriz de Fortaleza, ora Catedral. Começada há mais de 30 anos, tinha custado 95:889$337 de esmolas, loterias e fundos da Irmandade. (João Brigido, pág. 489 — **Homens e Fatos**).

(5) — SEMINARIO — Situado no bairro do Oiteiro da Prainha, ao lado da cidade, por uma posição sôbre a colina, a poucos passos da praia, se apresenta altcrosa e imponente a quem o vê do mar com a sua espaçosa fronteira de 24 janelas, tendo ainda à esquerda a linda capela de Nossa Senhora da Conceição.

Na ala da frente, a começar do centro para o andar superior, se acham dois parlatórios, sendo reservado, o aposento do vice-reitor, o salão da biblioteca, das salas do Sr. Bispo, e para a esquerda o escritório e aposento do Reitor, um salão dos estudantes do curso teológico, uma sala do padre vigilante e uma capelinha para os mesmos estudantes.

No andar inferior, a portaria, e do lado esquerdo dois quartos, um salão de estudo para os estudantes do curso teológico, uma sala de aulas, um quarto que dá passagem para a capela de Nossa Senhora da Conceição; e do lado direito um quarto de despejo, uma grande sala, três quartos e a capela dos estudantes do curso de preparatórios.

Na ala direita, no andar superior do lado norte para o sul, o aposento do vigário-geral, uma sala para os padres, o dormitório dos meninos, entre para os maiores e entre êstes o quarto do padre vigilante; e no andar inferior, dois quartos grandes para lentes, uma sala para depósito dos móveis dos menores, um quarto para o vigilante, um salão de estudo para os menores e sala para aulas, uma sala para depósito dos móveis dos maiores e em seguida o salão dos estudos dêstes, um portão que dá entrada para o sítio, um quarto e a carpintaria.

Na ala central duas salas, dois banheiros, uma para os menores, outro para os maiores, e ainda outro para os padres, o salão de refeitório e a cozinha com suas dependências.

Tem três pátios, um para recreio dos estudantes do curso, outro para os maiores e outro para os menores.

Logo que tomou conta desta diocese o Sr. Bispo D. Luis Antônio dos Santos, que para ela fôra nomeado por decreto de 31 de janeiro de 1839, procurou com a maior solicitude manter o Seminário, decretado pela lei n.º 1.144, de 27 de setembro de 1860, sob a invocação da Imaculada Conceição e S. Vicente de Paulo.

O Ceará foi elevado à categoria de Bispado pela carta de lei de 10 de agôsto de 1853, confirmada pela bula «**Pro animarum salute**» do SS Papa Pio IX, de 3 de julho de 1854, e foi o Sr. D. Luis Antônio dos Santos o seu primeiro bispo, cuja posse efetuou-se na igreja catedral com tôda solenidade a 16 de junho de 1861, por procuração do mesmo apresentada pelo cônego Antônio Pinto de Mendonça, ficando assim inauguradas o bispado e a igreja cearenses.

Em 1862 o govêrno-geral, desejando estabelecer definitivamente o Seminário, autorizou ao Presidente José Bento da Cunha Figueiredo Júnior para fazer aquisição de um prédio que servisse provisòriamente a êsse, de acôrdo com o Sr. Bispo, que, no ano seguinte, escolheu para êsse fim o edifício nacional, que fôra construído na Lagoafunda com destino ao serviço das quarentenas. Foram arrematados em hasta pública os acréscimos e reparos precisos pela quantia de Cr$ 1.800$00 réis, ficando dentro em pouco concluído, mas o Sr. Bispo, reconhecendo a insuficiência do prédio, representou à presidência, fazendo-lhe ver que o concordara em estabelecer o seminário na Lagoafunda, não contendo com o grande número de moços, que depois apareceram aspirando ao clericato.

Na mesma representação lembrava êle a conveniência de alugar-se ao Estado edifício que à custa da caixa pia de esmolas tinha começado em 1862, contiguo à capela de N. Senhora da Conceição da Prainha, para colégio das órfãs desvalidas, o que sendo levado ao conhecimento do govêrno-geral não foi aprovado, e pelo contrário, instou para que se inaugurasse o referido Seminário na casa de Lagoafunda.

Realizou-se afinal o alvitre lembrado pelo Sr. Bispo de abrir-se aquêle estabelecimento no edifício escalado para colégio das órfãs, pois, que o govêrno autorizou a Presidência por Aviso de 28 de setembro de 1864 a contratar o aluguel do mencionado edifício medindo a quantia de 1:200$000 réis anuais.

O contrato foi celebrado no dia 11 de dezembro do mesmo ano, perante a tesouraria da Fazenda, tendo se realizado no dia 8 do referido mês com a abertura do Seminário com a devida solenidade.

Divide-se êste seminário em curso teológico e curso de preparatórios: nêle funcionam as aulas seguintes: No curso teológico: teologia moral, teologia dogmática, direito canônico, história eclesiástica, liturgia, canto chão, eloqüência sagrada e escritura sagrada.

No curso de preparatórios: filosofia, física, retórica, matemática, história geral e do Brasil, geografia, francês, latim dividido em três anos, gramática portuguêsa, aritmética, catecismo, história sagrada, civilidade e música vocal. Freqüentam atualmente o curso teológico 18 estudantes e o curso preparatório 101.

(6) — Dos ex-seminaristas da Prainha vivos, Militão é o mais antigo e o mais velho (81 anos e tanto); entrou lá a 1.º de março de 1895, há 70 anos. Cópia autenticada da carta que dirigiu ao Revmo. Monsenhor GERARDO ANDRADE PONTE, D.D. Reitor do Seminário Provincial de Fort.-Ce.

(7) CEDRO, Outubro, 23, 1964
Saúde.

O convite, com que me vi penhorado de sua gentileza, eu o tive, certo, dada a minha qualidade de ex-seminarista da Prainha, como no meu tempo era tido.

E então, faz muito, mas tenho sempre presente o primeiro de março de mil oitocentos e noventa e cinco, quando, matriculado com o nome de JOSÉ FRANCISCO DE ALBUQUERQUE, fiquei de portão adentro, porção de anos, apenas descontadas as férias anuais.

Já lá se vão quase quatorze lustros.

Já vencido o primeiro ano, e apenas segundanista, fui-me, por palustre que apanhei, ao meu sertão de Mombaça, central que é da terra cearense.

Mas, tornei, em mil novecentos e noventa e sete, e daí até dezessete de julho de mil novecentos e três, fui galgando os anos do programa em três séries.

Tenho, guardado como preciosa lembrança, a Gramática de S. Paulo, que valia como adminículo às versões dos clássicos latinos; após a Soletinha, após as Fábulas de Fedro, vieram as Catilinárias de Cícero, a Eneida de Vergílio, os poemas de Horácio e a Obra do sibilino Tácito.

Com Padre Peronelle a gente andava entendendo o francês, com a pronúncia sulina, melódica.

Com Padre Otoni, filho das Alterosas, a gente entendia, bem entendida, a sintaxe latina, e Álgebra de Trajano; com Padre Guilherme Vaessen, perlustramos Ciências Naturais e conhecemos o orbe terrestre.

No quinto ano, veio o curso de Filosofia, processada por Padre Júlio Simon, reitor, e no estudo da Retórica o guia era o cearense Padre Esmeraldo. Só não aprendeu quem não pôde, pois o só era de fazer rezar e estudar: tudo intra-muros.

Nos dois anos e meio de curso teológico, a cátedra de Moral era do Padre Lumesi, albanês, e a de Dogma do Padre Reitor.

Deixei o Seminário por não me sentir apto à vida de guia doutrem, e se levei tanto por me retirar era por ser retido por Padre Otoni, de quem me despedi afinal, êle chorando, eu a chorar.

Descendo do segundo andar do prédio, após o adeus ao Reitor, fui-me descendo escada abaixo, enquanto ia subindo, escada acima, um Padre que, como depois soube, era o Padre Zinguerlé.

No curso teológico não havia censores; dias de festa na Sé, anulado o salão da noite, íamos aos cajueiros do fim da murada, fumar cigarros,

oùvir o Arimatéia recitar **Os Lusíadas**. Arimatéia, Rodolfo e Luiz Antônio eram dotados de elevadas mentes; e recordo a lucidez do colega Quinderé. Devo, confesso, aos Lazaristas, o amor ao estudo, e a linha de vida que hei procurado levar no mundo, querendo com entusiasmo o que é encargo, como no tempo do Inspetor Regional do Ensino, e que levo, o que vou levando, nos vinte e oito anos e meio de profissão advocacional.

Venho seguindo o longo itinerário da vida, já maior de oitenta anos, começada a vida pública como professor de índios, da tribo Tambés, nas matas do Pará, onde passei os seis anos da mocidade.

Depois, muito depois, é que conquistei, em concurso áspero, de cinco provas, o cargo de Inspetor Regional do Ensino, e nele levei quatorze anos, visitando os brasileirinhos do sertão, nos quinze municípios do centro.

Cuidei da educação dos filhos, todos bem postos na vida.

Não me fui aos festejos comemorativos, mas daqui, de longe, os acompanhei, saudoso.

E se tivesse ido, teria visitado o Cemitério dos Lazaristas, pedindo-lhes por mim e os meus peregrinos.

Adeus. Do que se subscreve amigo obmo:

JOSÉ MILITAO DE ALBUQUERQUE, matriculado como José Francisco de Albuquerque.

CEDRO, Abril, 28, 1965

Exmo. Snr. Deputado Plácido Castelo — Assembléia Legislativa Fortaleza, Ce.

Prezado patrício: saúde, e aos nossos

De princípio, transcrevo o telegrama que acabo de daqui passar-lhe: «Deputado Plácido Castelo

Assembléia Legislativa

Fortaleza (Ceará)

Recebido hoje amistoso telegrama com que me honrou permito publicação carta referida dêle. Gratíssimo patrício amigo.

(a) José Militão».

Li, em recente num. do **Unitário** um dos artigos da série que nêle vem publicando; é o IV, onde vêm dados sôbre o Pe. João Augusto, que o vi onde era o S. Pedro do Cariri, sôbre Mor. Salazar, que vigariou também o Maranguape, também sôbre o Pe. José Barbosa de Jesus (o inventor da «alavanca motora»), Mor. Pinto Teixeira, que, segundo penso, era dos Teixeiras do Icó, dos quais era meu bisavô, lado materno, José Pinto Teixeira, irmão do Pe. José Galdino Teixeira, primeiro vigário de N. S. da Glória do Maria Pereira, a nossa Mombaça atual, Pe. Barreto, dos de Tauá, o ilustrado Mor. Bruno Figueiredo, Pe. Sousa Barros, a quem vi na Redenção, paroquiando, um tanto valentão.

Vi, de modo especial, a referência ao Mor. Quinderé, meu colega de ano, cuja estima sempre me manteve, a quem devo ajuda literária sôbre trabalho meu, tese latina, e que comigo e outros fomos discípulos do Pe. Otoni de Carvalho, mineiro. E vi a referência ao Arimatéia Cisne, meu contemporâneo, e que me tratava por «nepos», amigo.

Admirei, ali, o número considerável de professôres, do atual Seminário, e das novas matérias ali agora versadas; no meu tempo, queria-se latim, sobremodo, o francês, a língua materna, segundo os clássicos, aritmética com um tanto de álgebra, ciências naturais, física, nas quais eram versados Pe. Guilherme Vaessen e Pe. Peronelle, respectivamente, e, ainda, geografia e história.

Voltando atrás, releva mencionar que Mor. Salazar era «unha com carne» com o grande Justiniano de Serpa, o reformador da instrução co-educativa da nossa terra, e que Arimatéia provinha dum dos antigos «mestres régios», professôres de latim, antigas escolas régias, no sertão, preparando alunos para o Seminário de Olinda, onde estudou e se ordenou Pe. Pedro de Abreu Pereira, seu parente, nosso patrício, Pe. Iblapina, antigo aluno na de Icó, depois transferida para o Carirí, tendo êle acompanhado, para completar a aprendizagem.

Dentre os aludidos professôres vi o nosso patrício Pe. José Alberto Castelo, seu parente, ramificado no Icó, Pe. Fenelon Câmara, do velho Quixeramobim, onde pontificou o meu trisavô, lado materno, João Ribeiro Bessa de Holanda Cavalcanti. Pe. Azarias Sobreira, mente alto esclarecida, emérito prosador. O seu trabalho, bem feito, presta grande adjutório às nossas letras, pois literatura, como me ensinaram, é a ciência da civilização que marcha. Quisera ler os artigos que formam, a sério, os primeiros, e os derradeiros, para também conservá-los, dentre os velhos papéis, que conservo religiosamente, deixando-os aos meus filhos, numerosos, quase todos no Sul, bem postos na vida.

Recomende-me aos seus.

Ainda uma coisa: há aqui um velho, dos Gonçalves de Maria Pereira, e com quem confabulo, diàriamente, nós ambos recordando pessoas e lugares da nossa querida terra natal; a revista é geral, não fica ninguém, dos que já se foram, e é vultoso o número dêles; assim fazendo, assim recordando, vivemos, pois, segundo il, recordar é viver.

Abraços. Do seu patrício e amigo obmo.

JOSÉ MILITÃO DE ALBUQUERQUE

(8) — **A Revista do Instituto do Ceará**, ano XIV, 1.º e 2.º trimestres de 1900, tomo XIV, publica vários documentos oferecidos por Marcos Apolônio da Silva, para a **História da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro da Prainha em Fortaleza** a) — O primeiro é um requerimento firmado por Antônio Joaquim Batista de Castro, datado de 26 de outubro de 1839, dirigido ao Presidente e Membros da Câmara Municipal de Fortaleza, solicitando licença para a continuação de «uma Capela de invocação de Nossa Senhora da Conceição. A licença é concedida (30 de outubro de 1839) quanto à construção da Capela. Quanto ao beço o interêsse deveria solicitar à Assembléia. O deferimento está assinado pelo Presidente da Câmara — Fonseca e pelos vereadores Teófilo, Barros, Belarmino, Ferreira, Carvalho e Fiúza Lima. b) — O segundo documento é o têrmo «Ereção da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha da Capital e cidade de Fortaleza» e está datada de 8 de dezembro de 1839. A planta do arquiteto da Província, «Monsieur José Antônio Lupert». O documento está assinado pelo vigário Carlos Augusto Peixoto de Alencar, Manuel Rufino d'Oliveira Jamacuru, Manuel Lourenço da Silva, Juiz; Bonifácio Ferreira Lima, Escrivão; Antônio Caetano de Abreu, Tesoureiro; Antônio Joaquim Batista de Castro, Procurador; Inácio Ferreira Gomes, Mesário; João Franklin de Lima, Bernardo José de Melo, José Acácio e Silveira, Manuel Antônio de Azevedo, Francisco José Pereira, José Teixeira Pinto e Aprígio José Ceará, todos elementos da Irmandade. c) — O terceiro documento, um abaixo-assinado de 2 de setembro de 1841, firmado por Antônio Joaquim Batista de Castro, «era êsse o papel com que Batista de Castro esmolava para ereção da Capela, que tudo lhe dava e na qual, diz o Barão de Studart, nada existe infelizmente a assinalar sem bons serviços». Esclarece, ainda o Barão, que a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, que orna o Altar-mor da Ca-

pela, foi dádiva do Juiz, por devoção, Francisco Ferreira Borges (19 de abril de 1846); a de Santo Antônio foi dádiva do dito juiz e do irmão benfeitor Antônio Caetano de Abreu (21 de fevereiro de 1847); a de Santa Luzia foi dádiva do irmão Frederico José Pereira (20 de fevereiro de 1847). d) — O quarto documento é o «Registro da Pública Forma da Escritura de doação que fazem José Teixeira Pinto e sua mulher d. Antônia Bernardo do Espírito Santo, moradores nesta cidade, de duas moradas de casas de palhas, uma porção de terreno no lugar Prainha desta mesma cidade, para patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Oiteiro». Assim a rôgo dos doadores por não saber ler nem escrever Miguel Joaquim Pereira. O documento foi lavrado pelo 1.º tabelião público Cândido José Pamplona. e) — O quinto documento é a ata da sessão extraordinária da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição do Oiteiro da Prainha. A reunião foi presidida pelo Irmão e escrivão Jerônimo Vieira de Azevedo e Sá, na qualidade de substituto do Juiz, Ten.-Coronel José Nicolau Afonso Maia, que explicou os objetivos da reunião: «Que sendo de intuitiva a indeclinável necessidade a cessão gratuita da Capela de Nossa Senhora da Conceição ao Seminário desta cidade, que lhe fica imediatamente anexo, não só por interêsse temporal ou material, e, de acôrdo com os bons desejos manifestados neste sentido por S. Excia. Revma. o Senhor Bispo Diocesano Dom Joaquim José Vieira, entendeu convocar especialmente esta sessão para resolver êste assunto de tanta importância que desde já propõe à Mesa, submetendo-o à sua decisão. Outrossim, a cessão proposta não envolve a perda de direitos que resultam do compromisso da Irmandade no tocante ao exercício de suas funções na mesma Capela, e sim sòmente ao edifício materialmente considerado, sua economia e administração. Ainda mais, passarão ao poder do Seminário mediante inventário tôdas as alfaias pertencentes à Capela, ficando salvo à Irmandade o direito de utilizar-se delas por ocasião de suas festas; e igualmente poderá funcionar na Capela, sem necessidade de outra qualquer permissão, a conferência de S. Vicente de Paulo, que há já dez anos tem aí sua sede. A vista da proposta oferecida pelo Irmão Escrivão do Juiz, resolveu-se fazer a cessão aludida na forma indicada, continuando assim a Irmandade no exercício de suas funções, com as restrições ou delimitações estabelecidas, isto é, sem a economia e administração da Capela que passa para o Seminário com todos os seus ônus, podendo o mesmo Seminário entrar na posse material dela, como se fôsse uma sua dependência ou parte integrante, que, por esta nossa resolução hoje tomada, fica sendo. E todos assim aceitando e votando, nomine discrepante, mandou-se lavrar esta ata para todos os seus efeitos, remetendo-se cópias autênticas ou Ordinário para a sua aprovação e ao Reitor do Seminário para a sua ciência e fins convenientes. Eu, Francisco José Teixeira Pinto, Secretário a escrevi. — Jerônimo Vieira de Azevedo e Sá. Francisco José Teixeira Pinto, Secretário. Marcos Apolônio da Silva, Hermelino Sobral Macaíba, Licínio Nunes de Melo, Fabrício José de Brito, Francisco Alexandre Pereira Lima, Domingos Paula Barbosa, José Caetano da Silva, João Martins da Costa, Manoel Joaquim da Silva.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Fernando de — A Cultura Brasileira. Edições Melhoramentos. 4.ª edição. Obras Completas. vol. XIII. São Paulo, 1964.

ÁLBUM HISTÓRICO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DO CEARÁ. Em comemoração das «Bodas de Ouro» de sua Fundação. 18 out. 1864.-18 out. 1914. — Fortaleza-Ceará. 1914.

BRÍGIDO, João — Homens e Fatos. Fortaleza-Ceará.

CABRAL, Mário da Veiga — História do Brasil-Curso Superior. Livraria Francisco Alves. 10.ª edição. 1959.

CALMON, Pedro — História do Brasil, Séculos XVIII e XIX. Vol. 4. Livraria José Olímpio-Editôra. 1959.

COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL — 1852. Tomo 13. Parte 1.ª. Secção 7.ª.

GUEDES, João Alfredo Libânio — Curso de Didática de História, 1963. — J. Czon Editor — Rio.

GUIMARÃES, Hugo Victor — Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará. Assembléias Legislativas — 1835-1947. Editôra Jurídica Ltd. Fortaleza-Ceará. 1952.

LIMA, Alceu Amoroso — História da Igreja in Enciclopédia Delta Larousse, vol.

QUINDERÉ, José Mons. — D. Joaquim José Vieira. 2.º Bispo do Ceará. Aspectos de sua vida in **Revista do Instituto do Ceará.** Tomo LXI — Ano LXI — 1947. Editôra Instituto do Ceará Ltd.

RELAÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL — 1832 — Tomo 15. Parte 2.ª. Secção 73.ª.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO DO CEARÁ — Ano IX. 1.º e 2.º trimestres. 1895. Tomo IX.

SOUSA, Otávio Tarquínio de — História dos Fundadores do Império do Brasil. Volume VII — Diogo Antônio Feijó. 2.ª edição revista. Livraria José Olímpio. Editôra. Rio de Janeiro. 1960.